

ACTA
da
Reunião de negociação
com o Sindicato dos Oficiais de Justiça

2. 4

Acta n.º 18

No dia 11 de Outubro de 2010, pelas 18h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça os Senhores Presidente da Direcção e Presidente da Assembleia-Geral do Sindicato dos Oficiais de Justiça (SOJ) e, em representação do Ministério da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes MJ e SEJMJ e, em representação do Ministério das Finanças e da Administração Pública, o Senhor Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP) e Adjunta do Gabinete SEAP, a fim de se proceder a reunião:

- a) De negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio, do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, integrando os seus beneficiários na ADSE;
- b) De apresentação e discussão das normas do projecto de Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) em matéria remuneratória.

O Senhor SEJMJ iniciou a reunião pelas 19h10 sintetizando o objecto dos projectos em apreciação e agradecendo a presença do Senhor SEAP, que apresentou de seguida as medidas de contenção previstas no projecto de PLOE/2011 e solicitou a enunciação de questões para as quais o SOJ necessite de alertar em particular.

O SOJ salientou que tem alertado para diversas situações que poderiam ser tidas em conta no processo de racionalização dos serviços e de poupança de recursos financeiros, como sejam as promoções de vários funcionários para o mesmo lugar, o pagamento de rendas do edifício da Rua Mouzinho da Silveira e do estacionamento no Campus Justiça, quando o edifício e o parque de estacionamento do ex-Palácio de Justiça se encontram devolutos e poderiam ser utilizados para o efeito, a existência de inúmeros actos que poderiam ser notificados electronicamente, entre outras. O SOJ opõe-se assim às medidas de redução remuneratória previstas no projecto de PLOE/2011 por haver outras medidas que poderiam ser adoptadas para contenção de despesas e redução do défice.

O Senhor SEAP tomou boa nota das questões e propôs a realização de uma reunião específica para ulterior discussão das diversas questões apresentadas pelo SOJ.

Relativamente ao projecto de Decreto-Lei que transfere o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça para a ADSE, o Senhor SEJMJ esclareceu que o mesmo foi aprovado na generalidade em Conselho de Ministros para permitir a negociação com as entidades representativas dos funcionários do Ministério da Justiça.

A reunião terminou pelas 20h00, tendo ficado agendada reunião de negociação do referido projecto para 20 de Outubro de 2010.

Feito, rubricado e assinado em triplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Em 11 de Outubro de 2010,

Pelo Sindicato
dos Oficiais de Justiça,
O Presidente da Direcção,

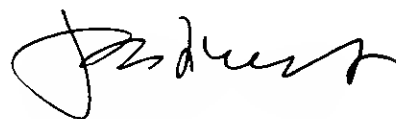
Carlos Almeida

Pelo Ministério da Justiça,
O Secretário de Estado da
Justiça e da Modernização
Judiciária,



José Magalhães

Pelo Ministério das Finanças e da
Administração Pública,
O Secretário de Estado da
Administração Pública,



Gonçalo Castilho dos Santos